

Depois da posse, 5 meses de crise

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) teve pouco tempo para desfrutar do cargo mais influente dentro do Legislativo. Passou os últimos cinco meses respondendo às denúncias de fraude e desvio de recursos públicos que envolvem seu nome e o de familiares.

Confirmado o pedido de licença da presidência do Congresso, entrará para a história como um dos mais improdutivos chefes da Mesa Diretora do Senado. Durante este período, não votou nenhum projeto de relevância e conviveu com a maior crise da história do Senado, provocada pelo escândalo da violação do painel de votação. O consolo foi acompanhar a queda de seu maior rival, o ex-senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que renunciou junto com José Roberto Arruda.

Peça-chave dentro da base de sustentação do governo Fernando Henrique Cardoso, Jader foi o maior responsável por manter o PMDB dentro da coalizão. Com outros

integrantes da antiga ala governista do partido, como o senador cassado Luiz Estevão (DF), terminou com as pretensões de Itamar Franco de se lançar candidato à Presidência da República em 1998. Sua postura lhe rendeu frutos. Como presidente do PMDB — cargo do qual se licenciou há dois meses — Jader ganhou influência dentro do Planalto e passou a participar das principais articulações dentro da base.

No início do ano passado, trocou insultos com Antonio Carlos Magalhães no plenário do Senado, prenúncio do que viria depois, com a disputa pela eleição para a presidência do Congresso. O pefelista tentou até o último instante articular uma candidatura que tirasse de Jader a chance de ocupar a chefia do Congresso. Não conseguiu. O momento de glória para o senador paraense veio em 12 de fevereiro, quando ouviu o inimigo Antonio Carlos anunciar sua vitória na eleição entre os seus colegas.

Mas a posse como presidente do Congresso não serviu para diminuir o ritmo e o volume de denúncias. Jader é citado em 13 processos que correm no Ministério Público. O senador é acusado, entre outras irregularidades, de desapropriações fraudulentas, grilagem de terra, sonegação de impostos, nepotismo e enriquecimento ilícito. Crimes que teriam sido cometidos a partir da década de 80, durante seus mandatos na Câmara dos Deputados e à frente do governo do Pará e durante o período em que serviu como ministro de Estado no governo José Sarney.

Mas foram as acusações de desvio de recursos da Sudam e do **Ban-pará** e a negociação irregular de Títulos da Dívida Agrária (TDA's), quando era o titular da Reforma Agrária, que tornaram a situação de Jader insustentável. O aparecimento de novos indícios de participação nas fraudes afastaram antigos aliados. Primeiro foi o Palácio do Planalto, depois o PMDB.